



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL / 2023

Emitente: Controladoria Interna Geral

Entidade: Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, ES

Gestor responsável: Brás Zagotto (Presidente Biênio 2023/2024)

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nossas conclusões. Os pontos de controle objeto de auditorias no decorrer do exercício estão com o(s) respectivo(s) número(s) de relatório de auditoria relacionado (s). Os pontos verificados por ocasião desta PCA, estão assim informados no mesmo campo, conforme abaixo.

Cód	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Relatório(s) de auditoria nº ou verificação p/ PCA
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	1.861 OP R\$ 26.389.031,93 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	305 OP R\$ 8.338.102,54 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 05/2023
1.2. Gestão Previdenciária							
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	-Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos e Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	53 processos 257 OP's liquidado R\$1.638.350,23 (INSS) R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	53 processos 257 OP's R\$1.638.350,23 (INSS) R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 14/2023
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	-Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos e Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	53 processos 257 OP's liquidado R\$1.638.350,23 (INSS) R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	53 processos 257 OP's R\$1.638.350,23 (INSS) R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 14/2023
1.2.3	Registro por competência –	-Balancete da Despesa	CF/88, art. 40. LRF, art.	Verificar se houve o registro por competência das despesas	53 processos 257 OP's	53 processos 257 OP's	Relatório de Auditoria:

	multas e juros por atraso de pagamento	-Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos	69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 3.034.723,45 (valor total pago Orçamentário no exercício referente a gestão previdenciária RGPS + RPPS + Aportes)	R\$ 3.034.723,45 (valor total pago Orçamentário no exercício referente a gestão previdenciária RGPS + RPPS + Aportes) (Não houve VPD de multas e juros; não foram constatadas obrigações previdenciárias pagas intempestivamente)	14/2023
1.2.4	Retenção/ Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	53 processos 257 OP's R\$ 655.211,67 (INSS) R\$ 482.336,91 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	53 processos 257 OP's R\$ 655.211,67 (INSS) R\$ 482.336,91 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 14/2023
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Relatório de demonstração da Dívida Fundada Interna -Processos de Pagamentos Previdenciários -Termo de Parcelamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo	R\$ 22.013.779,13 (Total de todas as despesas empenhadas em 2023) OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	R\$ 22.013.779,13 (Total de todas as despesas empenhadas em 2023) OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Relatório de Auditoria: 14/2023

		-Documentos fornecidos pelo RPPS: -Balancete Contábil - Listagem de razão, listagem de arrecadação de receitas		devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.			
1.3. Gestão Patrimonial							
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	-Balancete Contábil -Inventário dos Bens imóveis, móveis e intangíveis -Tabelas 10,11,12, 13 e 16 -Inventário Bens Patrimoniais	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	1.427 bens móveis 02 Imóveis 02 veículos Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 1.911.820,49 Intangíveis: R\$ 0,00 Obs: Não se constatou material permanente em estoque	53 bens móveis 02 Imóveis 02 veículos Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 340.772,39 Intangíveis: R\$ 0,00	Relatório de Auditoria: 15/2023
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	- Inventário de bens por classe patrimonial, - Inventário Anual dos Bens imóveis, móveis e intangíveis; - Portaria nº 101/2022 (DOM nº 6493, de 15/02/22) sobre responsáveis pela guarda e administração	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 1.911.820,49 Intangíveis: R\$ 0,00	Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 340.772,39 Intangíveis: R\$ 0,00	Relatório de Auditoria: 15/2023

		dos bens; - Apêndice 37/2021 do processo TC 04847/2020; - Portal da transparência CMCI					
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	-Balancete Contábil - Extratos Bancários -Movimento de Caixa Diário -Movimento Analítico de receitas -Carta de Circularização aos Bancos do Município	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 25.523.302,67 Valor total do repasse (duodécimos)	R\$ 25.523.302,67 Valor total do repasse (duodécimos)	Verificação p/ PCA
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	-Balancete Contábil - Extratos Bancários da conta corrente e de aplicação financeira -Termo verificação das disponibilidades (Anexo 23)	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Conta Corrente (CEF ag. 2016. op. 006. nº 02-9) - R\$ 1.500,30 Conta Corrente (Banestes – Ag. 115/ 2531269-5) - R\$ 6.831,75 Aplicação Financeira (Fundo de Investimento CEF) - R\$ 4.324.622,86 (saldo em 31/12/2023)	Conta Corrente (CEF ag. 2016. op. 006. nº 02- 9) - R\$ 1.500,30 Conta Corrente (Banestes – Ag. 115/ 2531269-5) - R\$ 6.831,75 Aplicação Financeira (Fundo de Investimento CEF) - R\$ 4.324.622,86 (saldo em 31/12/2023)	Verificação p/ PCA
1.3.7	Obrigações contraídas no	-Balanço patrimonial	LC 101/2000,	Avaliar se o titular do Poder contraíu, nos dois últimos	Total Empenhado no exercício de 2023	Total Empenhado no exercício de 2023	Verificação p/ PCA

	último ano de mandato	-Relatório de restos a pagar -Termo verificação das disponibilidades (Anexo 23)	art. 42	quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	R\$ 22.013.779,13	R\$ 22.013.779,13 Superávit Financeiro 2023 R\$ 959.523,54	Vide Obs.01
--	-----------------------	--	---------	--	-------------------	--	-------------

1.4. Limites Constitucionais e legais

1.4.6	Despesas com – pessoal abrangência.	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18 Limite 29-A/CF: 51,32% Limite LRF: 2,05%	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023
1.4.7	Despesas com pessoal limite	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente de acordo com opção de divulgação do município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18 Limite 29-A/CF: 51,32%	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023

		Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida				Limite LRF: 2,05%	
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	-Os projetos de lei referentes a aumento de despesa com pessoal no exercício. PL,s nº 09, 122 e 139/2023.	LC 101/2000, art. 21	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do art. 21 da LRF	03 Projetos de Lei	03 Projetos de Lei	Relatórios de Auditoria: 13/2023
1.4.9	Despesas com pessoal aumento despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato.	- Projeto de lei nº 139/2023.	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	01 Projeto de Lei	01 Projeto de Lei	Verificação p/ PCA Obs. 01
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V da LRF.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente Líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente Líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18 Limite 29-A/CF: 51,32% Limite LRF: 2,05%	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023

1.4.11	Despesas com pessoal extrapolando o limite providências / medidas de contenção	Líquida. -Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se as despesas totais com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF(e 169 § 3º e 4º da CF/88).	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18 Limite 29-A/CF: 51,32% Limite LRF: 2,05%	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	- PL,s nº 09, 122 e 139/2023; - LOA/2023 – Lei nº 8.010/22; - LDO/2023 – Lei nº 8.005/22;	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a existência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes	03 Projetos de Lei	03 Projetos de Lei	Relatórios de Auditoria: 13/2023

				orçamentárias, ressalvadas empresas públicas e de sociedade de economia mista.			
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente Líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 25.523.302,67 Receita Corrente Líquida R\$ 750.164.867,98 Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.281.112,18 Limite 29-A/CF: 51,32% Limite LRF: 2,05%	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	-Lei 7.733/2019 -Detalhamento remuneração Deputados Estaduais (Transparência da Assembleia) -Informações Censo IBGE – Internet - Folha de pagamento da CMCI	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ 15.619,10 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ R\$ 15.619,10 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023

1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	--Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Ficha financeira dos vereadores exercício 2023	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.696.575,29	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.696.575,29	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	--Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -RGF da PMCI e da CMCI publicados	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.696.575,29 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.696.575,29 Receita Corrente líquida R\$ 750.164.867,98 Montante em %: 0,36%	Relatórios de Auditoria: 02, 07,13/2023
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88	- Balancete Analítico da Despesa Orçamentária - Relatório Receita Realizada.	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 22.013.779,13 (Despesa total empenhada) Repasse: R\$ 25.523.302,67	R\$ 22.013.779,13 (Despesa total empenhada) Repasse: R\$ 25.523.302,67 Devolução PMCI durante o exercício referente ao Orçamento 2023: R\$ 2.550.000,00 Superávit Financeiro: R\$ 959.523,54 Total Devolução referente ao exercício de 2023: R\$ 3.509.523,54	Verificação p/ PCA Obs. 03

1.5. Demais Atos de Gestão							
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	- Documentos PCA	IN regulamenta-dora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Documentos da PCA/2023 36 arquivos	Documentos da PCA/2023 36 arquivos	Verificação p/ PCA
1.5.2	Segregação de funções.	-Processos de pagamento (Amostragem)	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	1.861 OP R\$ 26.389.031,93 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar) 108 processos de dispensa/inexigibilidade R\$ 571.696,08	305 OP R\$ 8.338.102,54 (valor total da amostra) 16 processos de dispensa/inexigibilidade R\$ 440.478,47	Relatórios de Auditoria: 05 e 17/2023
1.6. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)							
1.6.1. Folha de Pagamento							
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	-IN TCEES 68/2020 e alterações; -Extrato Consolidado da PCF janeiro a dezembro de 2023; - Resumo geral da Folha de pagamento de janeiro a dezembro de 2023; -Extrato	IN regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	R\$13.884.505,99 (Folha Bruta)	R\$13.884.505,99 (Folha Bruta)	Relatórios de Auditoria: 12/2023

		bancário janeiro a dezembro de 2023 conta Caixa Econômica Federal ag. 2016 conta 2-9.					
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	-Lei 4.320/1964, art. 63; -MCASP; -Extrato Consolidado da PCF janeiro a dezembro de 2023. Balancete da despesa de janeiro a dezembro/2023.	Lei 4.320/1964, art. 63; e MCASP	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	R\$13.884.505,99 (Folha Bruta)	R\$13.884.505,99 (Folha Bruta)	Relatórios de Auditoria: 12/2023

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	-Processos de pagamento por amostragem -Balancete da Despesa dezembro/2023. -Balanço Patrimonial 2023	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Repasse: R\$ 25.523.302,67 R\$ 22.013.779,13 (Despesa empenhada) total	Repasse: R\$ 25.523.302,67 R\$ 22.013.779,13 (Despesa empenhada) total Devolução PMCI durante o exercício referente ao Orçamento 2023: R\$ 2.550.000,00 Superávit Financeiro: R\$ 959.523,54	Verificação p/ PCA Obs. 02
--------	---	---	-----------------------	--	--	--	-----------------------------------

						Total Devolução referente ao exercício de 2023: R\$ 3.509.523,54	
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	-Listagem de Créditos Adicionais - Movimento de Alterações Orçamentárias, -Decretos Publicados	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Montante Suplementado: R\$ 9.454.592,67 Limite Autorizado Lei nº 7.920/21 (art. 9º): 50%	Montante Suplementado: R\$ 9.454.592,67 Limite Autorizado Lei nº 7.920/21 (art. 9º): 50%	Relatório de Auditoria: 04, 11/2023
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	-Escriturações Contábeis das auditorias e verificações	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Planos Amostrais das auditorias realizadas	Planos Amostrais das auditorias realizadas	Verificação p/ PCA Obs.04
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	-Relatório de Liquidações e movimento de Caixa Diário; Extratos Bancários	Lei 8.666/93, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 26.389.031,93 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	R\$ 3.525.779,80	Relatório de Auditoria: 03 e 08/2023
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	-Balancete Orçamentário da Despesa mês 12/2023 (indicando saldo orçamentário/su perávit orçamentário)	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023 conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13	Não se constatou déficit orçamentário e financeiro no exercício de 2023. Total das despesas empenhadas: R\$ 22.013.779,13 Superávit Financeiro	Verificação p/ PCA Obs.02

						2023: R\$ 959.523,54	
2.2.31	Despesa – liquidação	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	1.861 OP R\$ 26.389.031,93 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	305 OP R\$ 8.338.102,54 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 05/2023
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	1.861 OP R\$ 26.389.031,93 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	305 OP R\$ 8.338.102,54 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 05/2023
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções	-Balancete Orçamentário da despesa; - Balancete Contábil	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023 conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13	Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2023. Total de todas as despesas 2023: R\$ 22.013.779,13	Verificação p/ PCA Obs.02
2.2.35	Despesa – subvenção social.	-Balancete Orçamentário da despesa; - Balancete Contábil;	Lei 4.320/1964, art. 16	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023 conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13	Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2023. Total de todas as despesas 2023: R\$ 22.013.779,13	Verificação p/ PCA Obs.02

2.3. Gestão Patrimonial							
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	-Balancete Orçamentário da despesa; -E-mail do setor contábil à Controladoria; -Processo 18499/23; -Balanco Patrimonial	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Normas Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP e se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023 conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13	Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2023. Total de todas as despesas 2023: R\$ 22.013.779,13	Verificação p/ PCA Obs.02 e 05
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	-Balancete Orçamentário da despesa; -Balancete contábil; -E-mail do setor contábil à Controladoria; -Processo 18499/23	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023 conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13	Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2023. Total de todas as despesas 2023: R\$ 22.013.779,13	Verificação p/ PCA Obs.02 e 05
2.3.5	Cancelamento de passivos	-E-mail do setor contábil à Controladoria; -Balancete Contábil; - Demonstração das Variações Patrimoniais/23	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Normas Brasileiras de Contabilidade e NBC-TSP e NBC T16	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador	R\$ 25.523.302,67 Montante de Variações Patrimoniais Aumentativas do Balancete Contábil do exercício 2023 (valor do Repasse 2023)	R\$ 25.523.302,67 Montante de Variações Patrimoniais Aumentativas do Balancete Contábil do exercício 2023 (valor do Repasse 2023)	Verificação p/ PCA Obs.02
2.4. Limites Constitucionais e legais							
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	-Balancete Orçamentário da despesa;	LC 101/2000, art. 25, §1º	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023	Não se constatou realização de transferência voluntária	Verificação p/ PCA Obs.02

		-Balancete contábil;		caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observados	conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13	em 2023. Total de todas as despesas 2023: R\$ 22.013.779,13	
2.5. Gestão Previdenciária							
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	-Balancete Analítico da Receita Extraorçamentária; -Listagem de Descontos dos Pagamentos; -Listagem de Pagamento; -Processos de Pagamento e guias	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	35 processos R\$ 91.023,90 (ISS); R\$ 10.895,43 (IRRF) R\$ 15.148,75 (INSS) R\$ 5.370,36 (outras contribuições)	35 processos R\$ 91.023,90 (ISS); R\$ 10.895,43 (IRRF) R\$ 15.148,75 (INSS) R\$ 5.370,36 (outras contribuições)	Relatório de Auditoria: 14/2023
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-Leis Municipais nº 6.910/13 e 7.644/2018 e 7.794/19; -LC 282/04, 931/19 e 945/20; -Folhas de pagamento mensal -Processos de pagamento	CF/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo	12 folhas de pagamento Parte patronal ano: R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 482.336,91 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de março e julho/2023, por amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$ 11.132,88 Parte Segurado: RPPS: R\$ 8.906,29	Relatório de Auditoria: 06 e 14/2023
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	-Lei nº 8.212/91, Decreto nº 3.048/99,	CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão	12 folhas de pagamento Parte patronal ano:	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de	Relatório de Auditoria: 06 e 14/2023

		-Leis Municipais nº 6.910/13 Art.15ss, 7.644/2018 e 7.7794/19; -LC 282/04, 931/19 e 945/20; -Folhas de pagamento mensal – analítica; – Processos de pagamento	Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	R\$1.638.350,23 (INSS) R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 655.211,67 (INSS) R\$ 482.336,91 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM) Alíquotas: Patronal INSS – 20% + 1%(RAT) IPACI – 17,5% IPAJM – 14% Alíquotas: Segurado INSS – 7,5%, 9%, 12% e 14% IPACI – 14% IPAJM – 14%	março e julho/2023, por amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$ 11.132,88 RGPS: R\$ 37.519,00 Parte Segurado: RPPS: R\$ 8.906,29 RGPS: R\$ 15.012,36	
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	-Lei nº 6.910/13, Art.15ss -Processos de pagamento das contribuições previdenciárias	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	12 folhas de pagamento Parte patronal ano: R\$ 602.921,34 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 482.336,91 (IPACI) R\$ 5.568,85 (IPAJM)	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de março e julho/2023, por amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$ 11.132,88 Parte Segurado: RPPS: R\$ 8.906,29	Relatório de Auditoria: 06 e 14/2023 Obs. 06
2.5.7	Servidores cedidos	-Declaração fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos; -Contratos de cessão	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1988, art. 1º. Portaria MTP 1467/2022,	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores	01 convênio	01 convênio	Verificação p/ PCA Obs.07

			art. 74				
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	- Balancete da Despesa; - Demonstrativo da Dívida Fundada	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Portaria MTP 1467/2022, art. 14 a 17	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2023 conforme balancete da despesa. R\$ 22.013.779,13 OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Não se constatou acordo de parcelamento em 2023. Total de todas as despesas 2023: R\$ 22.013.779,13 OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Relatório de Auditoria: 14/2023
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	-Balancete Contábil, -Balancete Orçamentário da Despesa -Lei nº 6.910/13, art. 15ss, -Relatórios do RPPS (IPACI)	MCASP e Portaria MTP 1467/22, art. 55	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Valor Anual do Aporte R\$ 787.883,03	Valor Anual do Aporte R\$ 787.883,03	Relatório de Auditoria: 14/2023
2.5.37	Registro de Admissões	- Extrato de remessa TCEES Cidades Atos de Pessoal ref.2022; Declaração do setor de RH.	CF/88, art. 71, III IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2023	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2023	Verificação p/ PCA Obs. 02

2.6. Demais atos de gestão

2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	-PCM Folha; - Declaração do setor de RH.	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Não se constatou nenhuma contratação temporária em 2023	Não se constatou nenhuma contratação temporária em 2023	Verificação p/ PCA Obs. 02
2.6.4	Pessoal – teto	-Folha analítica do mês outubro/2023; -Informações na transparência da CMCI, do TJES e da PMCI	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	12 folhas de pagamento Despesa Folha: R\$ 13.099.208,10	01 folha de pagamento Folha de Pagamento: Outubro R\$ 1.009.113,83	Relatório de Auditoria: 09/2023
2.6.6	Dispensa e Inexibilidade de licitação	- Processos das referidas contratações	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da lei de licitações	108 processos de dispensa/inexigibilidade R\$ 647.436,08	16 processos de dispensa/inexigibilidade R\$ 440.478,47	Relatório de Auditoria: 17/2023

2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)

2.7.1. Folha de Pagamento

2.7.1.1	Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	- PCF; - Documentos do departamento de Recursos Humanos	IN TC 68/20 regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Verificar quais foram as providências tomadas com relação as ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/23)	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/23)	Relatório de Auditoria: 16/2023 Obs. 08
2.5.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na	- PCF; - Documentos do departamento	IN TC 68/20 regulamenta dora da remessa de	Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos Pontos de Controle informados pelo	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/23)	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/23)	Relatório de Auditoria: 16/2023 Obs. 08

	remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	de Recursos Humanos	prestação de contas	CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes			
2.7.2. Atos de Pessoal							
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	- Extrato de remessa TCEES Cidades Atos de Pessoal ref.2023; Declaração do setor de RH.	CF/88, art. 71, III ; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2023	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2023	Verificação p/ PCA Obs. 02
2.7.2.2	Registro de Admissões	- Extrato de remessa TCEES Cidades Atos de Pessoal ref.2023; Declaração do setor de RH.	CF/88, art. 71, III IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos a apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2023	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2023	Verificação p/ PCA Obs. 02



1.2. Observações, constatações e recomendações

Obs.01. Não se trata de exercício de encerramento de mandato.

Obs.02. Situação fática não ocorrida em 2023.

Obs.03. Despesa Fixada e Executada em 2023

DISCRIMINAÇÃO		VALOR
Despesa Fixada	R\$	25.523.302,67
Despesa Executada	R\$	22.013.779,13
Economia de Despesa	R\$	3.509.523,54

Obs.04. Conforme auditorias realizadas no exercício de 2023, sobre as amostras selecionadas, não se identificou descumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público, escrituração e consolidação contábil das contas públicas desta Câmara Municipal, conforme requisitos do Art. 50/LRF.

Obs. 05. A CMCI não efetua pagamento de precatórios. Estes são pagos pela Prefeitura. Quando o precatório tem relação com fato ocorrido na CMCI, a Prefeitura solicita o respectivo reembolso. Neste sentido, em consulta à Procuradoria Legislativa, obteve-se a informação de que há um Processo Judicial anterior a 2023 (Processo nº 0016880-45.2017.8.08.0011), perante a Justiça Estadual do ES, com julgamento procedente e trânsito em julgado, já estando em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (probabilidade de perda PROVÁVEL). Diante dessa probabilidade, por prudência e por possibilidades legais, financeiras e orçamentárias (conforme Parecer Jurídico), a CMCI decidiu realizar em 2020 o respectivo Empenho, deixando o referido montante em caixa (RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) no valor de R\$ 315.246,85 (Nota de Empenho n/ 630/2020). Após nova informação da Procuradoria Legislativa, este valor foi complementado em 2022, com acréscimo de R\$ 35.412,08 (Nota de Empenho nº 816/2022), totalizando R\$ 350.658,93 (trezentos e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos).

Obs.06. Somente no que tange aos recolhimentos em favor do RPPS (IPACI), importante frisar que, embora todos os recolhimentos sejam baseados nas respectivas guias, as quais estão presentes nos respectivos processos de pagamento, informa-se que estas não dispõem de código de barras ou outro mecanismo para recolhimento diretamente através delas, de modo que, após sua emissão manual, os recolhimentos são feitos através de depósitos na conta oficial do Instituto, tendo como base as informações que das guias constam.

Obs. 07. No exercício de 2023 a CMCI não cedeu nenhum servidor de seu quadro administrativo. A CMCI recebeu 01 servidor cedido do quadro administrativo da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, através do Convênio 60/2021 (processo nº 01-3.524/2021) em vigor. O IPACI foi formalmente cientificado.



Obs. 08. Todas as inconsistências indicativas e pontos de controle apresentados nas PCF foram sanados.

1.3. Constatações e proposições relativas ao Plano Anual de Auditoria/2023

De acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna (Portaria nº 230/2023, DOM nº 6804, 25/05/2023) essa Controladoria cumpriu as atividades nele descritas, conforme a tabela a seguir. As informações relativas a estas auditorias, suas respectivas constatações e providências estão descritas no “RELACI” desta prestação de contas, ao qual se remete.

Relatório de Auditoria Nº	Objeto	Achados/constatações	Encaminhamentos / Situação
05/2023	Formalização dos Processos de Pagamento	Nenhum achado Vide Item 3.5 do RELACI	-
02, 07 e 13/2023	Limite Despesa Pessoal	Nenhum achado Vide Item 3.2 do RELACI	-
15/2023	Patrimônio – Demonstrações Contábeis, evidenciação, caracterização, existência de responsáveis;	Nenhum achado Vide Item 3.9 do RELACI	-
09/2023	Verificação do cumprimento do limite da verba de gabinete; do cumprimento dos requisitos para investidura em cargos comissionados; da conformidade entre os valores determinados pela legislação e	Nenhum achado Vide Item 3.7 do RELACI	-



	valores efetivamente pagos; do cumprimento do teto remuneratório		
04 e 11/2023	Abertura de Créditos Adicionais	Nenhum achado Vide item 3.4 do RELACI	-
06/2023	Verificação de Base e Alíquota de Contribuições Previdenciárias	Nenhum achado Vide item 3.6.1 do RELACI	-
14/2023	Verificação da Gestão Previdenciária	Nenhum achado Vide item 3.6.2 do RELACI	-
03, 08/2023	Verificação do cumprimento da Ordem Cronológica da exigibilidade dos passivos	Nenhum achado Vide item 3.3 do RELACI	-
01 e 10/2023	Verificação da veracidade dos saldos das contas do Balancete Contábil	Nenhum achado Vide item 3.1 do RELACI	-
12/2023	Verificação dos valores da PCF	Nenhum achado Vide item 3.11 do RELACI	-
16/2023	Verificação das providências de regularização das "indicativas" e "pontos de controle" informados pelo cidades folha (PCF) no exercício de 2023	Nenhum achado Vide item 3.10 do RELACI	-
17/2023	Verificação da formalização dos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação	Nenhum achado Vide item 3.8 do RELACI	-



1.4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

1. Gestão Orçamentária

Quanto à execução orçamentária do exercício de 2023, destaca-se que o Orçamento Anual aprovado para a Câmara Municipal foi de R\$ 21.617.000,00 (vinte e um milhões, seiscentos e dezessete mil reais). Porém, o montante da receita efetivamente realizada em 2022 pela Prefeitura ensejou o repasse do Duodécimo no montante de R\$ 25.523.302,67 (vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e dois reais e sessenta e sete centavos).

1.1. Despesa Fixada e Executada

Quanto ao desempenho da despesa, considera-se economia aquela que resulta da execução abaixo da fixada. No exercício orçamentário 2023 foi autorizada despesa de 25.523.302,67 (vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e dois reais e sessenta e sete centavos) e a execução de R\$ 22.013.779,13 (vinte e dois milhões, treze mil, setecentos e setenta e nove reais e treze centavos), sendo que desse valor, R\$ 2.154.565,52 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) são de Restos a Pagar Processados e Não Processados do Exercício de 2023. Assim, no exercício de 2023, após todos os investimentos, obteve-se uma economia orçamentária de R\$ 3.509.523,54 (três milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme demonstrado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa Fixada	R\$ 25.523.302,67
Despesa Executada	R\$ 22.013.779,13
Economia de Despesa	R\$ 3.509.523,54

1.2. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário demonstra o efetivo desempenho do orçamento, ou seja, compara as receitas realizadas com as despesas executadas. O superávit orçamentário demonstra que houve sobra de recursos orçamentários, economia de despesas e gestão administrativa.

2. Gestão Financeira

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Desta forma, é possível apurar o resultado financeiro do exercício, ou seja, o total de ingressos financeiros (orçamentários e extraorçamentários) e o total dos dispêndios financeiros (orçamentários e extraorçamentários) no período.

Importante informar que no exercício de 2023, foi devolvido o montante de **R\$ 4.018.542,49** (quatro milhões, dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos) à



Prefeitura Municipal de Cachoeiro. Do valor acima mencionado, **R\$ 527.920,35** (quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte reais e trinta e cinco centavos) refere-se à sobra orçamentária do exercício de 2022; **R\$ 2.550.000,00** (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) refere-se à parte da sobra orçamentária do exercício de 2023; **R\$ 440.622,14** (quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e dois reais e quatorze centavos) refere-se a rendimentos de aplicação financeira de 2022; e **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) refere-se a **parte** dos rendimentos de aplicação financeira de 2023.

O Resultado Financeiro superavitário apurado no exercício financeiro de 2023 foi de R\$ 959.523,54 (novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme descrito abaixo:

Ativo Financeiro	Valor (R\$)
Saldo Financeiro em 31/12/2023	4.332.954,91
Outros Créditos em 31/12/2023 (sal. família + sal. maternidade)	3.172,49
Total Ativo Financeiro	4.336.127,40
Passivo Financeiro	
	Valor (R\$)
Restos a Pagar Processados e Não Processados (2020/2023)	3.126.619,20
Consignações a Pagar	89.585,01
Rendimento de Aplicação a Devolver PMCI	160.399,65
Total Passivo Financeiro	3.376.603,86
Superávit Financeiro	R\$ 959.523,54

3. Gestão Patrimonial

Das informações que podemos extrair do Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, destaca-se:

O Patrimônio Líquido da Câmara Municipal em 31/12/2022 era positivo em R\$ R\$ 9.205.272,91 (nove milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos). Já em 31/12/2023 o patrimônio líquido é positivo em R\$ 9.134.392,03 (nove milhões, cento e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e três centavos).

4 – Gestão Fiscal

4.1 Relatório de Gestão Fiscal

Relatório de Gestão Fiscal constitui um conjunto de demonstrativos que evidencia a obediência aos limites estabelecidos pela LRF, bem como pela Constituição Federal/88, devendo ser publicado periodicamente a cada quadrimestre do ano. No exercício de 2023 foram apurados os seguintes limites:



EVENTOS	VALOR (R\$)
Despesa com pessoal (ativo)	13.161.066,75
(+) Contribuições Patronais (encargos)	2.281.112,18
(+) Terceirizados	118.919,60
(-) Despesas não Computadas	(180.778,25)
Total da Despesa	15.380.320,28
EVENTOS	VALOR (R\$)
Receita corrente líquida	749.664.200,80
Limite Máximo – art. 20, LRF - 6%	44.979.852,05
Limite Prudencial- art.22, LRF – 5,7%	42.730.859,45
Limite – LRF, art. 20,III,a	2,05%
EVENTOS	VALOR (R\$)
Repasse recebido no exercício	25.523.302,67
Despesa com folha de pagamento (ativo + terceirizados - indenização)	13.099.208,10
Limite – CF/88, art. 29-A	51,32%
EVENTOS	VALOR (R\$)
Valor do Subsídio dos Vereadores	10.514,00
Despesa com subsídio dos Vereadores	2.696.575,29

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual, sob a responsabilidade do Sr. Bras Zagotto, Presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, relativa ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados (elencados no item 1) desta manifestação e as peças da PCA apresentadas a esta UCCI, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR**.

Cachoeiro de Itapemirim, 21 de março de 2024.

Wagner Baptista Rubim
Controlador Geral

Pablo Lordes Dias
Controlador de Recursos

Fabiana Lopes dos Santos
Auditora Interna Pública
CRC/ES 012163/O-9